



ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO ESTADUAL P2R2



7ª Reunião da Comissão Estadual P2R2

<b>Data:</b>	21 de novembro de 2013				
<b>Início previsto:</b>	09h00min	<b>Início:</b>	09h20min	<b>Término:</b>	11h30min
<b>Local:</b>	SANEPAR -Sala Rio Tibagi: Rua Engenheiro Rebouças, nº 1.376.				
<b>Pauta:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Proposições acerca do Projeto P2R2 da SEMA, para apreciação da CEP2R2.</li><li>➤ Abordagem do Plano de Contingência Estadual.</li></ul>				
<b>Participantes:</b>	Mirian de Oliveira, DER; Rafael Cabral Gonçalves, SANEPAR; Rodrigo Battiston, SEST SENAT; Juliano Cesar Rego Ferreira, SANEPAR; Jessica Marina Signorelli Toledo, SEMA; Elisa Ribas, DER; Fábio César Stele, DETRAN; Reginaldo Joaquim de Souza, SEMA; Celso Luiz Rúbio, SESA-CIEVS; 2º Ten. QOBM Marcos Vidal da Silva Junior, CEDEC.				

ASSUNTOS ABORDADOS

Representante	Assunto
Vidal	<p>Em virtude da quantidade de pessoas que integravam a reunião, foi proposto que não se abordasse o Plano de Contingência pela impossibilidade de deliberação.</p> <p>Foram apresentadas as propostas elencadas na reunião de trabalho em que se discutiu o projeto P2R2 da SEMA. Os temas abrangeram informações acerca das vertentes: Governança, conhecimento, infraestrutura e operacional.</p> <p>Cada uma das vertentes enseja o desenvolvimento de ações que devem se integrar no âmbito geral do desenvolvimento do projeto.</p>
Rodrigo	<p>Nas fiscalizações integradas, há problemas relativos à falta de estrutura, que limitar a atuação do órgãos fiscalizador. Por exemplo, para realizar a retenção de veículos, ou transbordo de cargas é necessário o apoio de empresários locais que disponibilizem a sua estrutura pessoa.</p> <p>Há, além disto, a inexistência de ponto de parada adequado, que não exponha a riscos os motoristas e terceiros.</p>
Cabral	<p>Em São Paulo, as empresas são obrigadas a informar os itinerários que farão.</p> <p>Para que isto seja realizado, também é necessária a criação de um sistema de informações que possibilite este controle.</p>

Rodrigo	<p>Há empresas que investem no setor, e outras que não investem. Normalmente, as primeiras são aquelas que já tiveram algum tipo de problema, e que, em virtude disto perceberam a necessidade de melhorias.</p> <p>Para que se incentive o investimento no setor, de maneira que melhorem as questões relativas à segurança dos trabalhadores e da população em geral, é necessária uma estrutura legal que estabeleça medidas que possibilitem isto.</p>
Miriam	<p>Poderia haver restrições de locais para tráfego através de legislação (assim como acontece relativo aos horários na legislação dos caminhoneiros).</p>
Rodrigo	<p>Outra questão: fora o transporte rodoviário, é necessário regular também o transporte urbano. A Polícia Militar não pode aplicar multas relativas a Produtos Perigosos. Para tanto, é necessário que ela faça um convênio com a ANTT.</p> <p>Para que os policiais então estejam aptos para fazer as cobranças conforme as legislações vigentes o SEST SENAT pode auxiliar na capacitação.</p>
Vidal	<p>Pode-se criar um Grupo de Trabalho para avaliar e fazer legislações referentes a estas questões. É necessário, por exemplo, alinhar a legislação da vigilância sanitária e a legislação rodoviária. Este grupo poderia tratar de todas as questões relativas a legislação. Há diferença no tratamento das questões relativas à caixa estanque, por exemplo.</p>
Rodrigo	<p>A caixa estanque não possui legislação que a regulamente.</p>
Celso	<p>É necessário que haja regulamentação sobre o assunto.</p> <p>Outro problema é o relacionado ao transporte ferroviário.</p>
Vidal	<p>É necessário verificar quais são as NBRs existentes que tratem sobre o modal ferroviário.</p>
Rodrigo	<p>Há NBRs para o modal rodoviário: NBR 11659, NBR 13900, por exemplo.</p> <p>Se fosse desenvolvida uma exigência de curso MOPP para o modal ferroviário, a regulamentação deveria entrar a nível federal.</p>
Cabral	<p>Falta conhecimento sobre medidas preventivas para o modal ferroviário: Deve-se levantar os aspectos para este tipo de modal. Há alguns tipos de estruturas que são utilizadas para evitar, por exemplo, o tombamento de vagões. Este tipo de medida poderia ser cobrada para áreas onde há maior risco de danos humano, material ou ambiental.</p>
Rodrigo	<p>Outras ações que poderiam ser realizadas são as campanhas: por exemplo, as pessoas não possuem conhecimento sobre o risco ao qual elas mesmas se</p>

	submetem, ao realizar uma ultrapassagem arriscada de um caminhão de produto perigoso. O SEST SENAT pode auxiliar na campanha.
Rodrigo	Poderíamos realizar uma apresentação da ABIQUIM sobre o sistema SASSMAQ. Este tipo de regulamentação não só tem requisitos altos, mas propõe uma manutenção dos requisitos de qualidade. A empresa demora, normalmente, de 3 a 5 anos para conseguir se adequar a ponto de receber a certificação, e a cada 2 ou 3 anos ela é reauditada sobre os requisitos. O SEST SENAT pode auxiliar no contato com a ABIQUIM, já que possui contato através do programa <i>Olho Vivo na Estrada</i> .
Reginaldo	Verificar nome. ABLP – Associação brasileira de resíduos sólidos e limpeza pública congregou algumas NBRs.
SANEPAR INFRA	Era interessante fazer o levantamento dos locais onde há bacias de contenção, mesmo das concessionárias. Se poderia também condicionar os licenciamentos ambientais com a existência de estruturas de prevenção que evitem danos ambientais. Existem algumas estruturas para proteção no modal ferroviário por exemplo, elas poderiam ser utilizadas em pontos sensíveis.
Vidal	Foi solicitado às concessionárias para que atualizassem seus planos de contingência indicando georreferenciadamente as estruturas físicas de atendimento, pontos sensíveis e estruturas preventivas, como bacias de contenção. Estas informações deverão ser inseridas no SISDC.
Reginaldo	Poderia ser feito um modelo de regimento interno para as comissões municipais. – Londrina, através do seminário promovido pelo SETCEPAR tinha interesse em fazer uma comissão municipal. Poderia ser desenvolvido em conjunto com o município para servir de base para os demais.
Vidal	Foram propostas datas para as próximas reuniões, que deverão ser ratificadas na primeira reunião de 2014. Esta reunião será informada através de ofício.  Ficam como proposta de datas para as próximas reuniões, podendo haver alterações:  11 de março, 8 de maio, 5 de junho, 6 de agosto, 30 de setembro, 18 de novembro.

#### **DELIBERAÇÕES**

Não havia quórum para deliberações.

#### **PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

Definição das atividades para o ano de 2014.

#### **DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO**

Data: 11 de março de 2014 (previsão)

Horário: 09h00min

Local: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil,

Obs: a reunião será confirmada através de ofício, servindo, no entanto, como data referencial.

Mirian de Oliveira,  
DER

Elisa Ribas,  
DER

Rafael Cabral Gonçalves,  
SANEPAR

Fábio César Stele,  
DETRAN

Rodrigo Battiston,  
SEST SENAT

Reginaldo Joaquim de Souza,  
SEMA

Juliano Cesar Rego Ferreira,  
SANEPAR

Celso Luiz Rúbio,  
SESA-CIEVS

Jessica Marina Signorelli Toledo,  
SEMA

2º Ten. QOBM Marcos Vidal da Silva Junior,  
CEDEC